

CÓDIGO DE ÉTICA

PREÂMBULO

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O presente Código aplica-se a todos os colaboradores da **CERCINA** entendendo-se como tal todas as pessoas que colaboram com a instituição, qualquer que seja o seu nível hierárquico e vínculo contratual, sem prejuízo de outras disposições legais ou regulamentares aplicáveis. Aplica-se ainda a todas as pessoas que prestem serviço à instituição a título ocasional ou permanente.

A **CERCINA** garante o acesso ao Código de Ética a todas as partes interessadas, através da sua disponibilização sempre que solicitado.

FINALIDADE

- O Código de Ética estabelece princípios e regras gerais de conduta que asseguram o cumprimento dos valores estabelecidos para o exercício da atividade da CERCINA dando corpo à identidade da CERCINA, reforçando a sua cultura organizacional e promovendo a concretização da sua missão.
- 2. A Missão da CERCINA consiste em promover a inclusão, visando a satisfação dos clientes, suas famílias e colaboradores de acordo com os valores definidos neste Código de Ética. Todas e cada uma das pessoas que a integram a contribuem com o seu papel específico, com o seu esforço e recursos, para o alcance deste objetivo.
- 3. Esta complementaridade só é possível com a construção e manutenção diária de um sistema de valores partilhado que dá sentido e significado a todas as ações. Os valores defendidos pela **CERCINA dão** sentido à Missão e estão agrupados em três áreas:
 - a. O cliente destacando-se que independentemente dos seus perfis possuem as suas capacidades, sendo que podem permanentemente progredir como agentes essenciais na construção do seu destino e na planificação do seu futuro;
 - b. A família reafirmando que esta é a base principal da inclusão e que necessita de orientação para exercer plenamente esse papel, cabendo-lhe dar continuidade ao trabalho realizado;



- c. *A gestão institucional* que com base nos valores que defende cria condições para se focar na sua missão e dar-lhe efectivamente sentido.
- 4. Este Código é aberto e dinâmico. A sua revisão permanente deve-se ao envolvimento e participação de todos os agentes, especialmente das vivências e experiências dos seus destinatários.
- 5. O Código de Ética é mais um instrumento que se coloca ao dispor das pessoas que integram a nossa Instituição para alcançar a meta a que nos propomos. Apelamos à ética, a todos os valores partilhados pela CERCINA, onde têm origem os nossos direitos e obrigações, para gerar ou modificar comportamentos. A técnica ajudará, mas a técnica sem a ética nunca será suficiente. A qualidade só é possível com a junção das duas.

OBJETIVOS DO CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética da **CERCINA enuncia** valores, princípios e normas para que sirvam de guia ao comportamento dos distintos atores. O Código de Ética aplica-se a todas as pessoas que têm qualquer tipo de responsabilidade na tarefa de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência, independentemente do seu papel, lugar de desempenho ou pessoas que sirvam.

O Código de Ética pretende, no fundo, ser um conjunto de razões e motivos que abram horizontes e olhares, apontem lugares de segurança onde enraízem com confiança as nossas opções e decisões. Não se trata apenas de melhorar as práticas mas, sobretudo, de melhorar e certificar atitudes.

SUBSIDIARIEDADE

A observância do presente Código de Ética não impede a aplicação simultânea das regras de conduta específicas de grupos profissionais específicos.





PRINCÍPIOS ÉTICOS DO PROFISSIONAL

	Áreas		Valores	Definição	Princípios	Normas de Conduta
Cliente	Família	Organizaçã o				
x				Respeitar os espaços e tempos afectos à fruição dos clientes	Interacção sensata	Organização: Compromete-se a promover o direito à privacidade de cada cliente, rejeitando e proibindo todas as situações que coloquem em causa a sua intimidade e garantindo a confidencialidade de toda a informação de carácter reservado que lhe diga respeito. Profissionais: Actuar evitando atitudes e procedimentos que se revelem atentatórios da privacidade de cada cliente. Família/cliente: Salvaguarda da privacidade do cliente respeitando o seu tem e o seu espaço;
			Integridade	Respeitar os deveres e os direitos	Normalidad	Organização:
X				de todas as partes interessadas e as regras organizacionais de conduta;	e dos processos	 Obrigação de salvaguardar para os seus clientes todos os direitos da pessoa humana no respeito pela sua individualidade, adoptando mecanismos de



participação em tudo o que lhe diga respeito;
2. Consagrar em Regulamento a proibição de normas, atitudes ou comportamentos atentatórios da dignidade e direitos dos clientes.
3. Respeitar e promover os direitos, garantindo condições de privacidade e confidencialidade de todas as informações pessoais que salvaguardem a sua intimidade e promovam a individualidade;
4. Subscrever a necessidade de promover a autonomia do cliente em todas as circunstâncias, criando espaços, ferramentas e incentivando práticas que desenvolvam a autonomia e a participação.
Profissionais e Voluntários:
1. Respeitar o cliente na sua individualidade, promovendo o desenvolvimento das suas capacidades, competências, bem-estar e qualidade de vida;
2. Ajustar a comunicação de modo a possibilitar aos clientes o acesso à informação e ao conhecimento;
3. Defender em todas as circunstâncias os direitos e dignidade dos clientes, quer na sua actividade quer fora dela, denunciando todas as situações em que possam estar em causa.
Família / cliente:



				 Salvaguardar a dignidade e direitos do cliente, protegendo-o da utilização abusiva da sua pessoa ou da sua imagem, denunciando as situações em que possa estar em causa. Facilitar todas as situações que favoreçam a autonomia e a inclusão da pessoa, respeitando a vontade e expectativas e não a substituindo na tomada de decisões em matérias que lhe digam respeito.
x	Confidencialidade	Guardar absoluto sigilo de todos os factos e informações relativos à vida da Instituição, designadamente as que respeitam ao direito à privacidade das pessoas, de que tenham conhecimento no exercício das suas funções ou por causa deles;	Controlo da Informação	Organização: 1. Garantir que apenas têm acesso aos dados pessoais dos clientes, para além dos colaboradores que deles necessitem para o exercício das suas funções, os familiares/responsáveis após autorização do cliente ou os representantes legais que façam prova dessa qualidade; 2. Guardar os processos individuais em local próprio, de acesso restrito aos que deles necessitam; 3. Garantir que a informação em suporte informático é protegida por palavras secretas; Profissionais:



					 Não falar dos clientes e dos seus casos fora dos espaços devidos (gabinetes); Cada profissional deve ter apenas acesso à informação estritamente necessária ao seu trabalho; Dever de não divulgar informações sobre a vida íntima e privada dos clientes e/ou das suas famílias; Dever não revelar a sua palavra secreta que é de uso pessoal e intransmissível; Transmitir as informações indispensáveis á intervenção, nos espaços próprios e aos profissionais responsáveis pelo tratamento da informação; Salvaguardar a confidencialidade do cliente, nomeadamente no que diz respeito à utilização de informações e imagens pessoais.
	x	Rigor	O planeamento, a execução e o acompanhamento da acção são cumpridos com exigência, e de forma criteriosa, de acordo com procedimentos legais e padrões	Alinhament o da conduta com a visão e a missão	Organização: Dever de desenvolver mecanismos de medição da qualidade e da eficácia dos serviços; Profissionais: Dever pôr os seus saberes e competências na concretização da missão, assumindo a qualidade da acção como referência



			éticos.		ética e técnica,
					Família:
					Dever de exigir a prestação de um serviço de qualidade;
					Organização:
					Valorizar formação e o conhecimento como condição indispensável à qualidade da intervenção, promovendo a permanente actualização e modernização dos processos
				Normalidad	Profissionais:
	X			e dos processos	Dever de participar nas sessões de informação/esclarecimento e ter a preocupação de se manter actualizado profissionalmente.
					Família:
					Colaborar com a organização na actualização da informação e na aquisição de conhecimentos.
			Os resultados e metas decorrem do	Cooperaçã	Organização:
		Solidariedade	trabalho conjunto e de	o na	Reconhecer a importância do papel da família na prossecução dos seus objectivos e compromete-se a criar
X			intervenções multidisciplinares,	resolução	mecanismos que optimizem da sua participação
			quer entre colaboradores, quer	de	Profissionais:
			entre parceiros, quer entre outras	problemas	
					1. Valorizar o papel e a participação da família na



	partes interessadas	promoção das competências e direitos do cliente, contribuindo para a sua formação e facultando-lhe informação. 2. Não utilizar a sua autoridade técnica em desfavor do conhecimento natural das famílias
		Família:
		 Disponibiliza-se como agente activo do processo de mudança recebendo informação e formação que possa potenciar a sua participação.
		 Disponibiliza-se para a participar em espaços de debate e partilha promovidos pela organização e pela comunidade.
		 Colaborar com os profissionais facultando-lhes toda a informação relevante decorrente da relação em contexto familiar para adequação da intervenção.
		Organização:
x		Mobilizar formas de cooperação diversificadas com as famílias, incorporando nas suas práticas as respostas às preocupações manifestadas por estas
		Família:
		Disponibiliza à organização e profissionais toda a colaboração possível na defesa dos interesses da pessoa.



	Responsabilidade	Decidir e actuar em conformidade com a Visão, Missão e Valores da Organização. A responsabilidade diz respeito a todos, sendo inerente às funções de cada um, num contexto de trabalho em equipa.	Sustentabili dade da organizaçã o	 Dever de desenvolver mecanismos de medição da qualidade e da eficácia dos serviços; Dever de cooperação com organizações similares na busca de sinergias, Dever de promover iniciativas formativas para melhorar a intervenção dos técnicos Profissionais: Dever de promover iniciativas formativas para melhorar a intervenção Dever de tratar todos os colegas com respeito e consideração valorizando o trabalho de equipa. Dever pôr os seus saberes e competências na concretização da missão, assumindo a qualidade da acção como referência ética e técnica, Família: Colaborar, reportando tudo o que considere conveniente, na identificação de necessidades de formação. Dever de exigir a prestação de um serviço de qualidade;
--	------------------	---	--	---



X		Participação	Envolvimento e co- responsabilização de todos, nas dinâmicas organizacionais e na comunidade.	Promoção da melhoria contínua P	 Dever de manter o cliente informado sobre toda a acção que desenvolve, envolvendo-o no processo de tomada de decisão e incorporando na reflexão organizacional a informação veiculada pelo próprio. Promover a informação e o conhecimento como condição para qualidade dos serviços Promover momentos de informação dirigidos ao cliente sensibilizando-o para a reivindicação dos seus direitos e a compreensão e aceitação dos seus deveres. Dever de informar o cliente dos seus direitos, empoderando-o e incentivando o exercício dos mesmos. Promover o acesso à informação e à participação do cliente nas actividades, criando oportunidades ajustadas aos diferentes perfis. Promover competências de participação no cliente, designadamente ao nível do acesso à informação e das relações interpessoais
---	--	--------------	---	---	---



		 Partilhar toda a informação relevante sobre o cliente e todas as opiniões e avaliações que faça da intervenção organizacional. Promover de forma concreta, a participação activa do cliente em todos os domínios
x	Fiabilidade dos processos	Organização: Promover de forma expressa e estruturada a participação das famílias em todos os domínios, disponibilizando mecanismos facilitadores dessa participação. Profissionais: Facilitar e promover a participação da família, ajustando atitudes e linguagem, facilitando a comunicação e adequando as condições de atendimento às necessidades das famílias e valorizando a sua participação. Família / cliente: Colabora com a organização na promoção dos direitos do cliente e no reforço do seu papel de defesa daqueles.



Em respeito às normas da CERCINA, os colaboradores deverão assumir comportamentos que estejam de acordo com os valores da Organização, fazendo convergir sempre a sua ação para a prossecução da Visão, Missão e Objetivos organizacionais.

Nesta linha, o presente documento não é um ponto de chegada mas sim de partida. É clara e propositadamente um instrumento inacabado, que apenas determina linhas de debate que possam acolher a confirmação ou infirmação das normas enunciadas.

Em termos de futuro, esperamos que a partir do documento que agora propomos, se generalize um debate alargado, com a participação de dirigentes, profissionais, voluntários, famílias e pessoas com deficiência, do qual resulte um claro consenso sobre o imperativo ético que deve balizar a atitude de todos os atores e sujeitos das intervenções que tenham, de forma direta ou indireta, que ver com a deficiência intelectual.